

RESOLUÇÃO CRESS 16ª REGIÃO/AL Nº 00010/2024, de 29 de julho de 2024.

EMENTA: Dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região/ CRESS/AL.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social/16ª Região no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Lei no 4.230/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei no 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei no 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei no 14.133/2021, que dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 93.872/1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa MF Nº 1.344, de 31 de outubro de 2023, que fixa limites financeiros para as despesas processadas por suprimento de fundos;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS nº 1.036/2023, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de suprimento de fundos;

CONSIDERANDO a Resolução CFESS no 469/2005, que regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS e a Resolução CRESS/AL Nº 026/2005, que instituiu o Regimento Interno do CRESS 16ª Região/AL ;

CONSIDERANDO, finalmente, a aprovação da presente resolução pelo Conselho Pleno deste Regional, em reunião realizada no dia 26 de julho de 2024;



RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentada a concessão e a prestação de contas de suprimento de fundos no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região CRESS/AL.

Parágrafo único. Suprimento de fundos consiste no adiantamento excepcional de numerário a trabalhador/a previamente designado/a por portaria, inclusive com a nota de empenho em seu nome, que fará uso do dinheiro para atendimento de necessidades do órgão que não possam subordinar-se ao processo normal de despesa, nos seguintes casos:

- I - para atender despesas eventuais que exijam pronto pagamento;
- II - para atender despesas de pequeno vulto.

Art. 2º A concessão de suprimento de fundos, que somente ocorrerá para realização de despesas de caráter excepcional, como por exemplo o reparo, conservação, adaptação, melhoramento ou recuperação de bens móveis ou imóveis, fica limitada a:

- I - 20% do valor atualizado previsto no § 2º do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, para atender despesas eventuais que exijam pronto pagamento;
- II - 5% do valor atualizado previsto no § 2º do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, para atender despesas de pequeno vulto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério da autoridade, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, poderão ser concedidos suprimentos de fundos em valores superiores aos fixados no caput.

Art. 3º A concessão de suprimento de fundos será realizada em processo administrativo autuado para cada concessão e respectiva prestação de contas.

Parágrafo único. A decisão sobre a concessão de suprimento de fundos será tomada pelo/a ordenador/a de despesa, mediante requerimento prévio do/a suprido/a.

Art. 4º É vedada a concessão de suprimento de fundos:

- I - para a realização de despesas que, por sua natureza, devem submeter-se aos processos normais de contratação;
- II - para trabalhador/a que não tenha prestado contas no prazo regulamentar;
- III - a responsável por dois suprimentos de fundos;
- IV - a trabalhador/a que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não puder ser substituído por outro trabalhador/a;
- V - com prazo de aplicação após o exercício financeiro correspondente.



Art. 5º A prestação de contas final do suprimimento de fundos deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após a realização da despesa e será acompanhada dos documentos hábeis a sua comprovação.

Parágrafo primeiro. O/A ordenador/a de despesas apreciará as contas prestadas pelo/a suprido/a no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua apresentação.

Parágrafo segundo. Aprovada a prestação de contas, será dada baixa da responsabilidade do/a suprido/a.

Art. 6º Quando for o caso, o saldo de suprimimento de fundos não utilizado será devolvido à conta do Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região CRESS/AL.

Art. 7º Poderá ser adotado cartão de pagamento para aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimimento de fundos.

Art. 8º As despesas com suprimimento de fundos serão obrigatoriamente divulgadas no portal da transparência do Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região CRESS/AL., observadas a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região CRESS/AL.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

--original assinado--
VALÉRIA COELHO DE OMENA
Conselheira Presidente
CRESS 16ª Região/AL



Edifício Norcon Empresarial, Sala 906, Mangabeiras. Maceió-AL. CEP: 57037-532

www.cress16.org.br



82 99304-9708 | 3221-5305



cress@cress16.org.br